

**PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NOS LUCROS E
RESULTADOS DA CEGÁS - EXERCÍCIO DE 2018 E 2019**

Pelo presente instrumento, as partes, de um lado, **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**, Sociedade Anônima de Economia Mista, com sede na Capital do Estado do Ceará, à Av. Washington Soares, 6475, Bairro José de Alencar, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.759.185/0001-96, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Hugo Santana de Figueirêdo Junior, por seu Diretor de Administração e Finanças, Fábio Augusto Norcio e por seu Diretor Técnico e Comercial Fabrício Bomtempo de Oliveira, doravante denominada simplesmente ("CEGÁS"), e de outro lado, todos os seus empregados, neste ato representados por uma comissão por eles escolhida mediante processo de eleição, integrada pelos empregados relacionados ao final deste instrumento, e por um representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo nos Estados do Ceará e Piauí – SINDIPETRO CE/PI, celebram o presente instrumento para a regulamentação do **PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS DA COMPANHIA REFERENTE AO EXERCÍCIO 2018 E 2019** ("PPLR"), em atendimento ao disposto na Lei 10.101, de 10/12/2000 que regulamenta o inciso XI, artigo 7º, da Constituição Federal.

1. FUNDAMENTO

Este Programa está fundamentado nas disposições da Lei 10.101 de 19 de dezembro de 2000 e na Política de Participação nos Lucros e Resultados da CEGAS aprovada pelo Conselho de Administração.

2. OBJETIVO DESTE INSTRUMENTO

O presente instrumento tem por objetivo especificar, regulamentar, definir regras, procedimentos e outros detalhes ao funcionamento do **PPLR** durante o seu período de vigência.

3. OBJETIVO DO PROGRAMA

Além do atendimento aos dispositivos da Lei 10.101/2000, o presente Programa de Participação nos Lucros e Resultados do exercício de 2018 e 2019 (PPLR 2018 e 2019) tem como objetivo reconhecer a contribuição dos Empregados nos resultados

da CEGÁS, bem como criar incentivos à produtividade, gerando um maior envolvimento e comprometimento de todos no alcance dos objetivos e metas da Companhia.

4. PARTICIPANTES DO PROGRAMA

4.1. O PPR ora instituído abrange e, é aplicável exclusivamente aos **COLABORADORES** da **CEGÁS**, assim entendidos como sendo aqueles que mantiveram vínculo empregatício com a **COMPANHIA** durante o exercício avaliado, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, independentemente de já haverem rescindido seus contratos de trabalho ou de ainda permanecerem com o vínculo trabalhista.

5. CONCEITOS

Sempre que grafados em maiúsculas, seja no singular ou no plural, os termos abaixo terão as seguintes definições:

COMISSÃO DE PPLR: comissão composta por membros indicados pela DIREX, por **EMPREGADOS** formalmente eleitos e por um representante apontado pelo Sindicato, constituída com o propósito de negociar os termos do **PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS**;

CONCESSIONÁRIA, DISTRIBUIDORA, COMPANHIA OU CEGÁS - agente titular de concessão estadual para prestar os serviços públicos de distribuição, e comercialização de Gás Canalizado;

EMPREGADOS OU COLABORADORES – conjunto formado pelos empregados ocupantes de cargos efetivos e pelos empregados ocupantes de cargos em comissão que pertencem ou que pertenceram ao quadro de pessoal da **CEGÁS** durante o exercício avaliado;

EMPREGADOS ATIVOS - **EMPREGADOS** que mantinham vínculo com a **COMPANHIA** no mês de dezembro do exercício avaliado.

EMPREGADOS INATIVOS - **EMPREGADOS** que foram desligados, que se desligaram, que faleceram ou que se aposentaram, inclusive por invalidez, antes do mês de dezembro do exercício avaliado, excluídos aqueles desligados por justa causa.

FOLHA SALARIAL BASE DO MÊS DE DEZEMBRO – soma dos salários base dos **EMPREGADOS** no mês de dezembro do exercício avaliado, além do eventual acréscimo do valor do

último salário pago aos **COLABORADORES** desligados ou aposentados durante o exercício, aplicada sobre os mesmos a regra de proporcionalidade de 1/12 (um doze avos) para cada mês trabalhado no exercício avaliado, desde que o **COLABORADOR** não tenha sido substituído até o final do exercício avaliado;

GRAU DE REALIZAÇÃO DAS METAS CORPORATIVAS - índice que representa o nível de atendimento da **COMPANHIA** às metas e resultados traçados, o qual será aplicado para a definição da proposta relativa ao montante do **LUCRO LÍQUIDO** que deverá ser destinado para o pagamento da **PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS** aos **EMPREGADOS** e para o pagamento de **PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS** aos **DIRETORES**.

GRAU DE REALIZAÇÃO DAS METAS SETORIAIS OU GRMS - índice que representa o nível de atendimento às **METAS SETORIAIS**;

GRAU DE REALIZAÇÃO DAS METAS INDIVIDUAIS OU GRMI - índice que representa o nível de atendimento às **METAS INDIVIDUAIS**;

LUCRO OU LUCRO LÍQUIDO: é o lucro líquido contábil verificado nos registros da Companhia antes do lançamento das despesas de Participação nos Lucros e Resultados dos Empregados e Diretores, e após o lançamento dos tributos incidentes sobre o Lucro, definidos na legislação tributária do país;

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (PLR): Consiste em um sistema de remuneração variável voltado para os **EMPREGADOS** da **COMPANHIA**, baseado em recompensa pela realização de metas e **RESULTADOS**, corporativos, setoriais, ou até individuais, previamente estabelecidos, e na possibilidade da conseqüente distribuição dos **RESULTADOS** da **COMPANHIA** entre seus **EMPREGADOS** em função do nível de realização de tais metas e **RESULTADOS**;

PROGRAMA DE BÔNUS DE DESEMPENHO A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS DOS DIRETORES OU PL: Consiste em um sistema de remuneração variável voltado para os **DIRETORES** da **COMPANHIA**, baseado em recompensa pela realização de metas e **RESULTADOS** previamente estabelecidos, e na possibilidade do conseqüente pagamento a título de **PL** aos **DIRETORES** em função do nível de realização de tais metas e resultados;

REMUNERAÇÃO TOTAL EM VIGOR NO MÊS DE DEZEMBRO - soma das remunerações de cada **DIRETOR** da **COMPANHIA** no mês de dezembro do exercício avaliado, acrescida

da soma da última remuneração paga ao DIRETOR exonerado ou cujo mandato se encerrou sem reeleição, aplicados sobre os mesmos a regra de proporcionalidade de 1/12 (um doze avos) para cada mês trabalhado no exercício avaliado, desde que os mesmos não tenham sido substituídos até o final do exercício;

VALOR DESTINADO AO PAGAMENTO DA PLR 2018: montante a ser rateado e pago entre os seus empregados, a título de PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS DA COMPANHIA, cuja proposta será apresentada pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração, que a submeterá à aprovação da Assembléia Geral dos acionistas;

REMUNERAÇÃO FIXA: montante formado pelo Valor dos Vencimentos mais o Valor da Representação, quando houver, sem qualquer outro adicional (periculosidade, sobreaviso, complementação legal, etc.).

METAS CORPORATIVAS: são aquelas aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, que representam, evidenciam e permitem medir o desempenho da COMPANHIA, seja nos seus aspectos globais, seja naqueles aspectos de interesse dos seus "stakeholders", que serão evidenciadas, para fins de transparência, no PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS da COMPANHIA;

METAS SETORIAIS: São aquelas definidas e negociadas anualmente com GESTORES de cada área da COMPANHIA, aprovadas pela DIREX, as quais devem estar alinhadas com as estratégias e metas previstas no Plano Estratégico, no Plano de Negócios e no Orçamento anual, e que serão evidenciadas em documento específico.

METAS INDIVIDUAIS: São aquelas definidas e negociadas anualmente com COLABORADORES e GESTORES de cada área da COMPANHIA, aprovadas pela DIREX, as quais devem estar alinhadas com as estratégias e metas previstas no Plano Estratégico, no Plano de Negócios e no Orçamento anual, e que serão evidenciadas em documento específico.

RESULTADO: Desempenho Corporativo efetivamente alcançado pela COMPANHIA quando comparado com as metas previamente planejadas.

SALÁRIO BASE - salário definido no PECS da COMPANHIA, atribuído para cada cargo ou função, nos seus diversos níveis, excluindo-se o acréscimo de qualquer tipo de adicional (hora extra, periculosidade, insalubridade, etc..) ou verba, variável ou não, ainda que paga habitualmente.

6. NEGOCIAÇÃO

Em atendimento ao disposto no art. 2º, da Lei no 10.101/2000, as regras e condições definidas neste **Programa da PLR 2018 e 2019** foram negociadas entre os membros da **COMISSÃO DE PPLR**, resultando nos seguintes pontos acordados:

6.1. METAS CORPORATIVAS estabelecidas

a) As Metas Corporativas para o exercício de 2018, e os respectivos critérios de mensuração dos níveis de realização encontram-se demonstrados no quadro a seguir, onde cada nível de realização está associado a um fator de medição, que multiplicado pelo peso correspondente determinará os **Graus de Realização das Metas Corporativas (GRMC)**, cuja soma é limitada a 100%:

ITEM	PESO	Objetivo	FÓRMULA	META PREVISTA	CRITÉRIO DE MENSURAÇÃO
1	20%	Realizar a Margem de Contribuição Aprovada	$(\text{Margem Realizada} / \text{Margem Aprovada}) * 100$	R\$115.559.483,65	A) $\geq 90\% = 1$ B) $\geq 85\%$ e $< 90\% = 0,9$ C) $\geq 80\%$ e $< 85\% = 0,8$ D) $\geq 75\%$ e $< 80\% = 0,7$ E) $< 75\% = 0$
2	20%	Realizar Investimentos Aprovados	$(\text{Valor Investido (RS)} / \text{Valor Aprovado (RS)}) * 100$	R\$26.770.298,08	A) $\geq 90\% = 1$ B) $\geq 85\%$ e $< 90\% = 0,9$ C) $\geq 80\%$ e $< 85\% = 0,8$ D) $\geq 75\%$ e $< 80\% = 0,7$ E) $< 75\% = 0$
3	20%	Realizar Ebtida Aprovado	$(\text{Ebtida Realizado} / \text{Ebtida Orçado}) * 100$	R\$76.358.959,10	A) $\geq 90\% = 1$ B) $\geq 85\%$ e $< 90\% = 0,9$ C) $\geq 80\%$ e $< 85\% = 0,8$ D) $\geq 75\%$ e $< 80\% = 0,7$ E) $< 75\% = 0$
4	20%	Realizar Lucro Líquido Aprovado	$(\text{Lucro Líquido Realizado (RS)} / \text{Lucro Líquido Orçado (RS)}) * 100$	R\$58.286.133,69	A) $\geq 90\% = 1$ B) $\geq 85\%$ e $< 90\% = 0,9$ C) $\geq 80\%$ e $< 85\% = 0,8$ D) $\geq 75\%$ e $< 80\% = 0,7$ E) $< 75\% = 0$
5	20%	Realizar o Volume Ex-Térmico aprovado	$(\text{Volume Distribuído (m³)} / \text{Volume Orçado (m³)}) * 100$	195.039.220 m³	A) $\geq 90\% = 1$ B) $\geq 85\%$ e $< 90\% = 0,9$ C) $\geq 80\%$ e $< 85\% = 0,8$ D) $\geq 75\%$ e $< 80\% = 0,7$ E) $< 75\% = 0$

b) As Metas Corporativas para o exercício de 2019 e os critérios de mensuração dos níveis de realização para o cálculo dos **Graus de Realização das Metas Corporativas (GRMC)**, submetidos ao Conselho de Administração da CEGÁS para aprovação, estão demonstrados no quadro abaixo e surtirão efeitos a partir da sua validação pelo referido Conselho.

ÍTEM	PESO	OBJETIVO	FÓRMULA	META PREVISTA	CRITÉRIO DE MENSURAÇÃO
1	20%	Realizar a Margem de Contribuição Orçada	$(\text{Margem Realizada} / \text{Margem Orçada}) * 100$	R\$ 102.826.379	A) $\geq 90\% = 1$ B) $\geq 85\%$ e $< 90\% = 0,9$ C) $\geq 80\%$ e $< 85\% = 0,8$ D) $\geq 75\%$ e $< 80\% = 0,7$ E) $< 75\% = 0$
2	20%	Realizar Investimentos Orçados	$(\text{Valor Realizado} / \text{Valor Orçado}) * 100$	R\$ 25.054.633	A) $\geq 90\% = 1$ B) $\geq 85\%$ e $< 90\% = 0,9$ C) $\geq 80\%$ e $< 85\% = 0,8$ D) $\geq 75\%$ e $< 80\% = 0,7$ E) $< 75\% = 0$
3	20%	Realizar Ebtida Orçado	$\text{Ebtida Realizado} / \text{Ebtida Orçado} * 100$	R\$ 64.118.564	A) $\geq 90\% = 1$ B) $\geq 85\%$ e $< 90\% = 0,9$ C) $\geq 80\%$ e $< 85\% = 0,8$ D) $\geq 75\%$ e $< 80\% = 0,7$ E) $< 75\% = 0$
4	20%	Realizar Lucro Líquido Orçado	$(\text{Lucro Líquido Realizado} / \text{Lucro Líquido Orçado}) * 100$	R\$ 49.083.767	A) $\geq 90\% = 1$ B) $\geq 85\%$ e $< 90\% = 0,9$ C) $\geq 80\%$ e $< 85\% = 0,8$ D) $\geq 75\%$ e $< 80\% = 0,7$ E) $< 75\% = 0$
5	20%	Realizar o Volume Ex-Térmico Orçado	$(\text{Volume Realizado} / \text{Volume Orçado}) * 100$	201.029.544 m³	A) $\geq 90\% = 1$ B) $\geq 85\%$ e $< 90\% = 0,9$ C) $\geq 80\%$ e $< 85\% = 0,8$ D) $\geq 75\%$ e $< 80\% = 0,7$ E) $< 75\% = 0$

c) O GRAU DE REALIZAÇÃO DE METAS CORPORATIVAS mínimo para que haja distribuição de PLR e de PL em 2018 e em 2019 será de 75%.

6.2. Metas Setoriais Estabelecidas

a) As Metas Setoriais traçadas para o exercício de 2018 e os seus critérios de mensuração estão demonstradas nos quadros anexos a este Programa, e seu alcance será tratado, em relação a cada EMPREGADO, de forma compartilhada.

b) As Metas Setoriais traçadas para o exercício de 2019 e os seus critérios de mensuração, quando aprovados pela DIREX, serão apensadas a esse documento sob a forma de ANEXO ao presente PPLR 2018 e 2019, e seu alcance será tratado, em relação a cada EMPREGADO, de forma compartilhada.

6.3. Metas Individuais Estabelecidas

a) As Metas Individuais traçadas para o exercício de 2018 e os seus critérios de mensuração estão demonstradas nos quadros anexos a este Programa, e seu alcance será tratado, em relação a cada EMPREGADO, de forma compartilhada.

b) As Metas Individuais traçadas para o exercício de 2019 e os seus critérios de mensuração, quando aprovados pela DIREX, serão apensadas a esse documento sob a forma de ANEXO ao presente PPLR 2018 e 2019, e seu alcance será tratado, em relação a cada EMPREGADO, de forma compartilhada.

7. APURAÇÃO DO VALOR A SER DISTRIBUIDO

7.1. Os Administradores da CEGÁS propõem aos Acionistas a distribuição entre os EMPREGADOS a título de PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS, bem como, o pagamento aos DIRETORES, a título de PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS, nos percentuais e valores abaixo:

i) ano de 2018: montante equivalente a 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) do LUCRO LÍQUIDO multiplicado pelo GRAU DE REALIZAÇÃO DAS METAS CORPORATIVAS (GRMC), apurado por ocasião do fechamento do Balanço Anual da CEGÁS relativo ao exercício de 2018, de acordo com a legislação vigente, conforme fórmula abaixo:

$$2,4\% \text{ DO LUCRO LÍQUIDO } \times \text{ GRMC}$$

ii) ano de 2019: montante equivalente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do LUCRO LÍQUIDO multiplicado pelo GRAU DE REALIZAÇÃO DAS METAS CORPORATIVAS (GRMC), apurado por ocasião do fechamento do Balanço Anual da CEGÁS relativo ao exercício de 2019, de acordo com a legislação vigente, conforme fórmula abaixo:

$$2,5\% \text{ DO LUCRO LÍQUIDO } \times \text{ GRMC}$$

7.2. A PARCELA A SER DESTINADA PARA O PAGAMENTO DA PLR aos EMPREGADOS a ser proposta aos acionistas após a aplicação da fórmula definida no item 7.1, i e ii, supra, será definida em função da participação percentual da FOLHA SALARIAL BASE DO MÊS DE DEZEMBRO em relação à soma entre a FOLHA SALARIAL BASE DO MÊS DE DEZEMBRO e a REMUNERAÇÃO TOTAL EM VIGOR NO MÊS DE DEZEMBRO, conforme fórmula paramétrica abaixo:

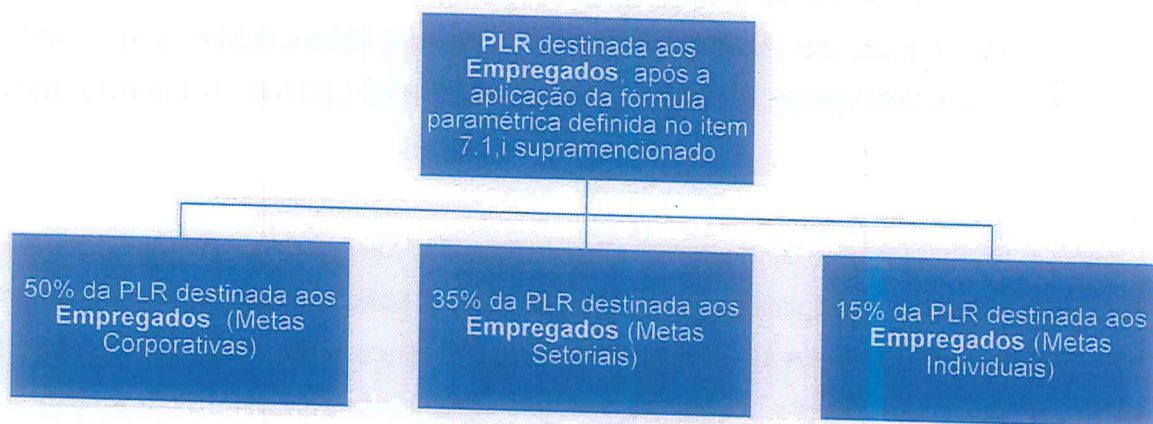
PARCELA DO LL A SER DESTINADA PARA O PAGAMENTO DA PLR AOS EMPREGADOS =

((FOLHA SALARIAL BASE DO MÊS DE DEZEMBRO / (FOLHA SALARIAL BASE DO MÊS DE DEZEMBRO + REMUNERAÇÃO TOTAL EM VIGOR NO MÊS DE DEZEMBRO))).

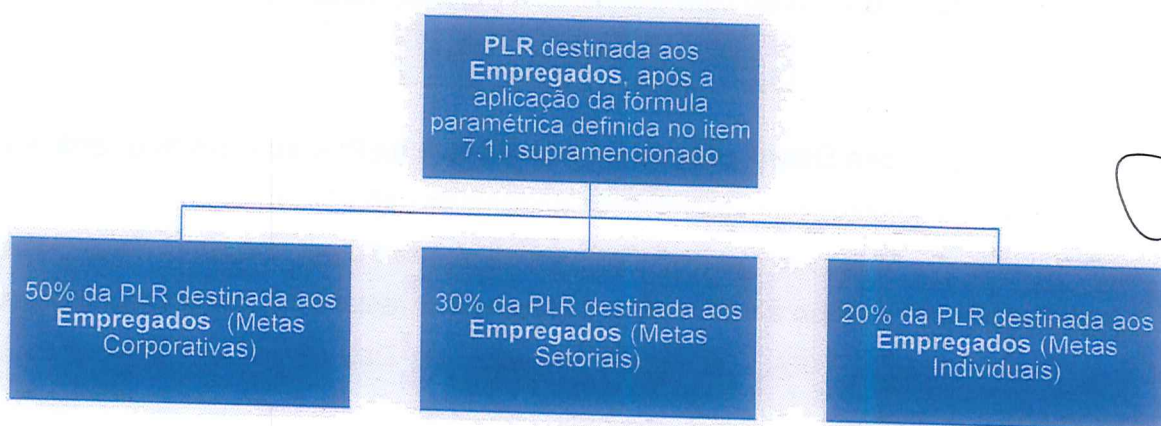
8. MECANISMO DE DISTRIBUIÇÃO DO VALOR A SER DISTRIBUÍDO

8.1. Segue abaixo, de forma esquemática, o mecanismo de distribuição da PLR referente a 2018 e 2019:

a) Esquema de distribuição da PLR 2018



b) Esquema de distribuição da PLR 2019



8.2. Como se depreende da figura esquemática acima, o valor a ser destinado para o pagamento da **PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS** aos **EMPREGADOS** será distribuído da seguinte forma

8.2.1. Distribuição da PLR em 2018:

a) 50% (cinquenta por cento) serão disponibilizados igualmente para todos os **EMPREGADOS** em função do êxito na realização das **METAS CORPORATIVAS**, de forma proporcional à participação dos respectivos **SALÁRIOS BASE EM VIGOR NO MÊS DE DEZEMBRO**, para os **EMPREGADOS ATIVOS**, e dos últimos **SALÁRIOS BASE** pagos aos **EMPREGADOS INATIVOS** desligados ou aposentados, aplicados sobre os mesmos a regra de proporcionalidade de 1/12 (um doze avos) para cada mês trabalhado no exercício avaliado, desde que o mesmo tenha trabalhado pelo menos 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, ao longo do mesmo período.

b) os 35% (trinta e cinco por cento) terão caráter variável, e serão disponibilizados de forma diferenciada aos **EMPREGADOS** em função do êxito de cada um na realização das **METAS SETORIAIS**, de forma proporcional à participação dos respectivos **SALÁRIOS BASE EM VIGOR NO MÊS DE DEZEMBRO**, para os **EMPREGADOS ATIVOS**, e dos últimos **SALÁRIOS BASE** pagos aos **EMPREGADOS INATIVOS** desligados ou aposentados, aplicados sobre os mesmos a regra de proporcionalidade de 1/12 (um doze avos) para cada mês trabalhado no exercício avaliado, desde que o mesmo tenha trabalhado pelo menos 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, ao longo do mesmo período.

c) os 15% (quinze por cento) restantes terão caráter variável, e serão disponibilizados de forma diferenciada aos **EMPREGADOS** em função do êxito de cada um na realização das **METAS INDIVIDUAIS**, de forma proporcional à participação dos respectivos **SALÁRIOS BASE EM VIGOR NO MÊS DE DEZEMBRO**, para os **EMPREGADOS ATIVOS**, e dos últimos **SALÁRIOS BASE** pagos aos **EMPREGADOS INATIVOS** desligados ou aposentados, aplicados sobre os mesmos a regra de proporcionalidade de 1/12 (um doze avos) para cada mês trabalhado no exercício avaliado, desde que o mesmo tenha trabalhado pelo menos 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, ao longo do mesmo período.

8.2.2. Distribuição da PLR em 2019:

a) 50% (cinquenta por cento) serão disponibilizados igualmente para todos os **EMPREGADOS**, de forma proporcional à participação dos respectivos **SALÁRIOS BASE EM VIGOR NO MÊS DE DEZEMBRO**, para os **EMPREGADOS ATIVOS**, e dos últimos **SALÁRIOS BASE** pagos aos **EMPREGADOS INATIVOS** desligados ou aposentados, aplicados sobre os mesmos a regra de proporcionalidade de 1/12 (um doze avos) para cada mês trabalhado no exercício avaliado, desde que o mesmo tenha trabalhado pelo menos 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, ao longo do mesmo período.

b) os 30% (trinta por cento) terão caráter variável, e serão disponibilizados de forma diferenciada aos **EMPREGADOS** em função do êxito de cada um na realização das **METAS SETORIAIS**, de forma proporcional à participação dos respectivos **SALÁRIOS BASE EM VIGOR NO MÊS DE DEZEMBRO**, para os **EMPREGADOS ATIVOS**, e dos últimos **SALÁRIOS BASE** pagos aos **EMPREGADOS INATIVOS** desligados ou aposentados, aplicados sobre os mesmos a regra de proporcionalidade de 1/12 (um doze avos) para cada mês trabalhado no exercício avaliado, desde que o mesmo tenha trabalhado pelo menos 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, ao longo do mesmo período.

c) os 20% (vinte por cento) restantes terão caráter variável, e serão disponibilizados de forma diferenciada aos **EMPREGADOS** em função do êxito de cada um na realização das **METAS INDIVIDUAIS**, de forma proporcional à participação dos respectivos **SALÁRIOS BASE EM VIGOR NO MÊS DE DEZEMBRO**, para os **EMPREGADOS ATIVOS**, e dos últimos **SALÁRIOS BASE** pagos aos **EMPREGADOS INATIVOS** desligados ou aposentados, aplicados sobre os mesmos a regra de proporcionalidade de 1/12 (um doze avos) para cada mês trabalhado no exercício avaliado, desde que o mesmo tenha trabalhado pelo menos 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, ao longo do mesmo período.

8.2.3: Em caso de alteração de cargo do Empregado durante o exercício avaliado, o cálculo será feito sempre proporcionalmente ao tempo no cargo, utilizando-se como base o Salário Base do último mês de exercício do cargo ou função.

9. APLICAÇÃO DAS REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS ENTRE OS EMPREGADOS

9.1. Distribuição da PLR em 2018

i) 50% do montante a ser destinado para o **PAGAMENTO DA PLR** aos **EMPREGADOS** (fórmula 7.1) será distribuído em função das **METAS CORPORATIVAS**, e será dividido conforme determina o item 8.2.1, supramencionado:

ii) Os 35% referem-se à parcela que será distribuída em função da avaliação da realização das **METAS SETORIAIS**.

a) O valor que eventualmente sobrar ao final da metodologia acima em função da não realização de nenhuma das Metas Setoriais por alguma área implicará na sua redistribuição, considerando a aplicação da mesma metodologia de distribuição, excluindo-se da segunda aplicação do mecanismo o(s) **EMPREGADO(S)** que tiveram Grau de Realização das Metas Setoriais igual a zero.

a.1) Este procedimento deverá ser repetido tantas quantas forem as vezes em que se verifique que o montante não foi totalmente distribuído.

iii) Os 15% restantes referem-se à parcela que será distribuída em função da avaliação da realização das **METAS INDIVIDUAIS**.

a) O valor que eventualmente sobrar ao final da metodologia acima em função da não realização de nenhuma das Metas Individuais por alguma área implicará na sua redistribuição, considerando a aplicação da mesma metodologia de distribuição, excluindo-se da segunda aplicação do mecanismo o(s) **EMPREGADO(S)** que tiveram Grau de Realização das Metas Setoriais igual a zero.

a.1) Este procedimento deverá ser repetido tantas quantas forem as vezes em que se verifique que o montante não foi totalmente distribuído

9.2. Distribuição da PLR em 2019

i) 50% do montante a ser destinado para o **PAGAMENTO DA PLR** aos **EMPREGADOS** (fórmula 7.2) será dividido conforme determina o item 8.2.2, "a", supramencionado:

ii) Os 30% restantes referem-se à parcela que será distribuída em função da avaliação da realização das **METAS SETORIAIS**.

a) O valor que eventualmente sobrar ao final da metodologia acima em função da não realização de nenhuma das Metas Setoriais por alguma área implicará na sua redistribuição, considerando a aplicação da mesma metodologia de distribuição, excluindo-se da segunda aplicação do mecanismo o(s) **EMPREGADO(S)** que tiveram Grau de Realização das Metas Setoriais igual a zero.

a.1) Este procedimento deverá ser repetido tantas quantas forem as vezes em que se verifique que o montante não foi totalmente distribuído.

iii) Os 20% restantes referem-se à parcela que será distribuída em função da avaliação da realização das **METAS INDIVIDUAIS**.

a) O valor que eventualmente sobrar ao final da metodologia acima em função da não realização de nenhuma das Metas Individuais por alguma área implicará na sua redistribuição, considerando a aplicação da mesma metodologia de distribuição, excluindo-se da segunda aplicação do mecanismo o(s) **EMPREGADO(S)** que tiveram Grau de Realização das Metas Setoriais igual a zero.

a.1) Este procedimento deverá ser repetido tantas quantas forem as vezes em que se verifique que o montante não foi totalmente distribuído

10. CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO DE PLR

10.1. Eventuais pagamentos de **PLR** dependem da aprovação pelos Acionistas na AGO anual, e serão realizados de acordo com a previsão orçamentária da **COMPANHIA**.

10.2. Qualquer pagamento em decorrência do cumprimento deste **PPLR** não será incorporado, sob nenhuma condição, ao **SALÁRIO** dos **EMPREGADOS**, e não constituirá base de cálculo de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade, tudo nos termos do Artigo 7º, Inciso XI da Constituição Federal e da Lei 10.101/2000.

10.3. Na hipótese de alteração de regras que definem a não incidência dos encargos trabalhistas e previdenciários sobre os pagamentos previstos neste **PPLR**, nos termos da Lei 10.101/2000, fica desde já acordado que os mesmos serão objeto de redução proporcional, para compensar o acréscimo de encargos.

10.4. Os **EMPREGADOS** terão direito aos pagamentos de **PLR** previstos neste **PPLR**, sempre à razão de 1/12 (um doze avos) do ganho para cada mês trabalhado no exercício avaliado, ou à fração igual ou superior a 15 dias efetivamente trabalhado, ficando estabelecido que os mesmos passarão a ter direito aos pagamentos de **PLR** após o atendimento de uma das condições abaixo:

- a) ter havido, no mínimo, três meses de vigência do contrato de trabalho celebrado com a **COMPANHIA** no exercício avaliado, os quais serão considerados para fins de aplicação de proporcionalidade;
- b) ter trabalhado pelo menos 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, durante o exercício avaliado.

10.4.1. Períodos de afastamento por motivo de licença médica e/ou de auxílio-doença do INSS, ainda que justificados pela legislação trabalhista ou previdenciária, não serão considerados como efetivamente trabalhados, não devendo ser considerados para efeito de cálculo de pagamento da **PLR**.

10.4.2. Períodos de afastamento por motivo de férias, de licença maternidade, de licença adoção e de doença grave, nos termos da legislação vigente, serão considerados como efetivamente trabalhados, devendo por isso serem integralmente considerados para efeito de cálculo de pagamento da **PLR**.

10.5. Os **EMPREGADOS INATIVOS** recebem pagamento proporcional de **PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS**, sempre à razão de 1/12 (um doze avos) para cada mês efetivamente trabalhado, tomando-se como base de cálculo o **SALÁRIO BASE** vigente à época do fim do seu vínculo contratual com a **COMPANHIA**, desde que tenha exercido suas atividades durante o exercício avaliado por um período mínimo de 90 dias, consecutivos ou não.

10.6. Não farão jus à **PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS** os **EMPREGADOS** desligados por justa causa no exercício avaliado.

11. VIGÊNCIA

11.1. O presente **PPLR** abrange o exercício fiscal dos anos de 2018 e 2019, assim entendido o período compreendido entre 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019. A despeito da data da assinatura do presente instrumento, as partes reconhecem expressamente que as condições previstas vinham sendo objeto de discussão e eram de conhecimento de todos os participantes.

11.2. Independentemente do disposto na cláusula 11.1 do presente **PPR**, fica ajustado que este instrumento poderá ser rescindido ou alterado a qualquer momento pela **COMPANHIA**, em conjunto com a **COMISSÃO DE PPLR**, devendo o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo nos Estados do Ceará e Piauí – **SINDIPETRO CE/PI** e os **EMPREGADOS** serem devidamente comunicados com antecedência de 30 (trinta) dias.

12. MUDANÇA DE CENÁRIO

12.1. Diante das circunstâncias que alterem as atuais condições que nortearam a implementação deste **PPLR**, fica ajustado que a **COMPANHIA**, em conjunto com a **COMISSÃO DE PPLR**, poderá, mesmo durante a vigência do presente **PPLR**, efetuar modificações que entendam necessárias, inclusive a suspensão deste **PPLR**.

12.2. O conceito de alteração substancial das atuais condições pode abranger, embora não estejam a eles limitados, os casos de força maior, casos fortuitos, concordata, falência e demais fatos, que, embora possam ser considerados previsíveis, alterem a situação de normalidade da **CEGÁS**.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

13.1. Para a solução de quaisquer dúvidas ou conflitos oriundos do presente **PPLR**, o **EMPREGADO**, deverá promover o encaminhamento da questão à Gerência de Recursos Humanos da **COMPANHIA**, que envidará todos os esforços no sentido de dirimi-los, comprometendo-se as partes envolvidas a não buscarem solução judicial antes de esgotar todas as possibilidades de negociação.

13.2. Para os ocupantes dos cargos de Assessoria, de Secretária Geral, e de Secretária da Diretoria para os quais não foram atribuídas Metas Setoriais, será considerado como **GRAU DE REALIZAÇÃO DAS METAS SETORIAIS** o mesmo resultado apurado em relação ao **GRAU DE REALIZAÇÃO DAS METAS CORPORATIVAS**.

13.3. Os casos omissos serão apresentados pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração.

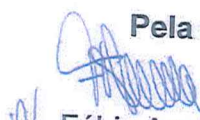
14. FORO

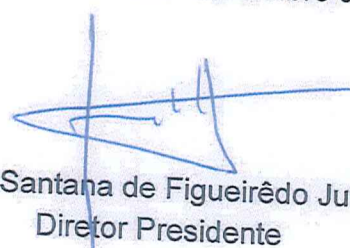
14.1. As partes elegem o foro da cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, para dirimir quaisquer litígios decorrentes do presente Programa.

E por estarem juntas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias, umas das quais será arquivada no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo nos Estados do Ceará e Piauí – SINDIPETRO CE/PI.

Fortaleza/CE, 20 de dezembro de 2018.

Pela CEGÁS:

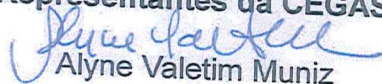

Fábio Augusto Norcio
Diretor Adm. e Financeiro


Hugo Santana de Figueirêdo Junior
Diretor Presidente


Fabricio Bomtempo de Oliveira
Diretor Técnico e Comercial

Pela COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO DA PLR 2018:

Representantes da CEGÁS


Alyne Valetim Muniz


Clenes Lacerda Pereira


Francisca Maria Maia

Representantes dos Empregados


Marco Aurélio Brandão Silva


Marcos Schilling Machado

Pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo nos Estados do Ceará e Piauí – SINDIPETRO


Raphael Augusto Maciel